

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.

Uberlândia (MG), 08 de março de 2022.

1. Contexto Operacional

A Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S/A (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem como atividade preponderante o comércio atacadista de mercadorias em geral.

Impactos da pandemia COVID-19

Em março de 2020, quando iniciado a pandemia da COVID-19, houve uma pequena desaceleração nos dois primeiros meses, que de longe não impactou em caixa da Companhia, a Companhia rapidamente se adaptou, renegociando contratos, alongando o endividamento, e ajustando ou seu mix de produtos estratégicos ao novo cenário. Não houve necessidade de corte na estrutura de pessoal.

Os meses que sucederam a abril de 2020 foram extremamente positivos para o resultado econômico da Companhia, com aumento de vendas e de margem de contribuição. Assim boa parte do resultado apresentado nas Demonstrações Contábeis, estão associados aos efeitos positivos que foram observados no exercício atual e no exercício anterior, ao que acreditamos seja injeção de recursos associados ao Auxílio Emergencial pelo Governo Federal.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, aprovadas pela Diretoria em 08 de março de 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Base de consolidação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das controladas cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

Empresa	Localização	Atividade	Participação no capital
Inova Logística Integrada Ltda.	Uberlândia – MG	Logística	99,9998%
Disk Center Central de Teleatendimento Ltda.	Uberlândia – MG	Telemarketing	97,9020%

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e da controlada foram encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.1.

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e incluem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da controlada direta na qual a controladora é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger os Administradores.

As controladas foram consolidadas, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: **(a)** saldos de investimentos e do patrimônio líquido; **(b)** saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre a Companhia consolidada; e **(c)** receitas e despesas, quando aplicável, decorrentes de negócios entre a Companhia consolidada.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamento na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de depreciação de ativos tangíveis, provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, a elaboração de projeções para realização dos ativos não circulantes, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

i) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

ii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "perda possível" são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como "perda remota" não são provisionados e tampouco divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos.

iii) Aspectos ambientais

As instalações podem estar sujeitas a regulamentações ambientais. A Administração diminui os riscos associados com assuntos ambientais adotando procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Administração acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas leis e regulamentos em vigor.

iv) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.5, a Companhia e sua controlada não revisam anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

2.1.5. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A Companhia e suas controladas não possuem transações de resultados abrangentes. Portanto o resultado do exercício apurado é o mesmo do resultado abrangente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia e de suas controladas como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: **(i)** o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis, **(ii)** instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; **(iii)** ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro de 2021.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

3.4. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ ou realização.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil fiscal de cada bem, às taxas demonstradas na Nota Explicativa Imobilizado. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante sua fase de construção. A Companhia e suas controladas não revisam a vida útil do imobilizado, entendendo que a taxa de depreciação fiscal seja o melhor parâmetro a ser seguido.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração da Companhia e de suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso essas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (*impairment*).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa [UGCs]).

3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, para a Controladora, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, este mesmo critério de apuração é aplicado à sua controlada Disk Center Central Teleatendimento Ltda.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. A controlada Inova Logística Integrada Ltda, optou pelo regime de lucro presumido, sendo a base de cálculo do imposto de renda calculada à razão de 32% (prestação de serviços e locações), a da contribuição social a razão de 32% (prestação de serviços e locações) e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. As alíquotas regulares de PIS e COFINS, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

3.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em abertos.
- iii) Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:
- iv) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- v) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo

amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.10. Investimentos

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nessas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas Inova Logística Integrada Ltda. e Disk Center Central de Teleatendimento Ltda. são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A controlada Valor Distribuição e Serviços de Varejo Ltda. está reconhecida pelo método do custo, devido a irrelevância dos saldos envolvidos.

3.11. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

a) Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

b) Alterações ao 23 (IAS 8): Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Demonstrações Financeiras

Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S.A.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	60.339	79.902	68.733	88.528
Contas a receber de clientes	41.512	35.838	44.194	38.974
Estoques	87.424	58.820	87.424	58.820
Impostos a recuperar	43.930	38.131	44.021	38.131
Outros créditos	4.025	4.570	4.443	4.801
Total do ativo circulante	237.230	217.261	248.815	229.254
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	4.971	5.245	4.986	5.255
	4.971	5.245	4.986	5.255
Investimento	23.680	17.080	-	-
Imobilizado	37.691	37.646	50.150	53.752
	61.371	54.726	50.150	53.752
Total do ativo não circulante	66.342	59.971	55.136	59.007
Total do ativo	303.572	277.232	303.950	288.261

Imobilizado

Periodicamente, a Companhia realiza o teste de realização dos ativos, e quando aplicável, é constituída provisão da possível perda. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado indícios de que é necessário constituir tal provisão. Tal verificação não foi formalizada via laudo por parte da Administração e seus especialistas externos.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que esperam abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

Consolidado	Máquinas e equipa.	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Softwares	Veículos	Terrenos	Imóveis	Outros	Total
Custo										
Em 31/12/2019	3.590	1.119	4.170	5.667	4.100	48.259	17.830	32.939	2.502	120.176
Baixa	-	(5)	(6)	-	-	(299)	-	-	(95)	(405)
Adição	1.152	1	357	-	148	9.961	-	-	7	11.626
Em 31/12/2020	4.742	1.115	4.521	5.667	4.248	57.921	17.830	32.939	2.414	131.397
Baixa	-	-	-	-	-	(911)	-	-	-	(911)
Adição	3	7	55	-	-	-	-	1.377	781	2.223
Em 31/12/2021	4.745	1.122	4.576	5.667	4.248	57.010	17.830	34.316	3.195	132.709
Depreciação										
Em 31/12/2019	(3.524)	(1.087)	(3.581)	(2.790)	(4.085)	(37.100)	-	(17.833)	(1.930)	(71.930)
Baixa	-	-	6	-	-	284	-	-	-	290
Adição	(147)	(10)	(218)	(567)	(20)	(3.902)	-	(1.045)	(96)	(6.005)
Em 31/12/2020	(3.671)	(1.097)	(3.793)	(3.357)	(4.105)	(40.718)	-	(18.878)	(2.026)	(77.645)
Baixa	-	-	-	-	-	911	-	-	-	911
Adição	(245)	(6)	(228)	(657)	(34)	(3.987)	-	(662)	(6)	(5.825)
Em 31/12/2021	(3.916)	(1.103)	(4.021)	(4.014)	(4.139)	(43.794)	-	(19.540)	(2.032)	(82.559)
Em 31/12/2020	1.071	18	728	2.310	143	17.203	17.830	14.061	388	53.752
Em 31/12/2021	829	19	555	1.653	109	13.216	17.830	14.776	1.163	50.150

Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante				
Fornecedores	82.395	70.950	69.872	65.511
Empréstimos e financiamentos	4.482	3.808	7.880	9.574
Obrigações fiscais e tributárias	2.189	2.334	3.247	3.392
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.303	3.680	6.495	5.737
Dividendos a pagar	3.505	3.593	3.614	3.691
Outras contas a pagar	5.273	3.278	5.641	3.873
Total do passivo circulante	102.147	87.643	96.749	91.778
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos LP	900	6.004	6.585	12.791
Impostos diferidos	8.442	8.552	8.442	8.552
Provisão para demandas judiciais	37.684	37.086	37.759	37.175
Total do passivo não circulante	47.026	51.642	52.787	58.518
Patrimônio líquido				
Capital social integralizado	67.355	67.355	67.355	67.355
Reservas de capital	1.890	1.890	2.690	1.890
Reservas de incentivo fiscal	95.559	125.075	94.759	125.076
Reserva legal	3.415	2.593	3.415	2.592
Reserva de Avaliação Patrimonial	16.388	16.602	16.388	16.602
Prejuízos acumulados	(30.208)	(75.568)	(30.208)	(75.568)
Total do patrimônio líquido	154.399	137.947	154.399	137.947
Participação dos não controladores			16	18
Total do passivo e do patrimônio líquido	303.572	277.232	303.950	288.261

Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	593.069	550.622	609.696	562.121
Custo dos produtos vendidos	(461.031)	(427.905)	(461.031)	(427.905)
Lucro Bruto	132.038	122.717	148.665	134.216
Despesas e receitas operacionais				
Despesas comerciais e distribuição	(103.980)	(93.350)	(100.426)	(83.200)
Despesas administrativas e gerais	(34.350)	(36.820)	(44.788)	(44.982)
Resultado de equivalência patrimonial	6.600	10.305	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	19.040	19.498	18.593	18.914
	(112.689)	(100.367)	(126.621)	(109.268)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	19.349	22.350	22.044	24.948
Despesas financeiras	(2.653)	(2.475)	(3.546)	(3.256)
Receitas financeiras	5.807	6.147	6.238	6.234
Resultado operacional antes dos impostos	22.503	26.022	24.736	27.926
Imposto de renda e contribuição social corrente	(178)	(834)	(2.405)	(2.723)
Imposto de renda e contribuição social diferida	110	110	110	110
Resultado do exercício	22.435	25.298	22.442	25.313
Total do resultado do exercício atribuível a				
Acionistas controladores			22.435	25.298
Acionistas não controladores			7	15
			22.442	25.313

Receita Líquida de Vendas

A composição da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de vendas	743.379	700.872	743.379	700.872
Receita de serviços	1.780	5.290	25.330	22.369
(-) Devolução de vendas	(7.839)	(10.023)	(7.839)	(10.023)
(-) Impostos incidentes	(144.251)	(145.517)	(151.174)	(151.097)
Receita operacional líquida	593.069	550.622	609.696	562.121

Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital		Reserva Legal	Ajustes Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros/ Prejuízo Acumulado	Total do patrimônio líquido
		Reserva de Capital	Reserva de incentivo Fiscal				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.355	1.890	109.447	1.556	16.816	-79.847	117.217
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	25.298	25.298
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-214	214	-
Destinação do Lucro:							
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-4.568	-4.568
- Reserva legal	-	-	-	1.037	-	-1.037	-
- Constituição Reserva Incentivos Fiscais de 2020	-	-	15.628	-	-	-15.628	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67.355	1.890	125.075	2.593	16.602	-75.568	137.947
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	22.435	22.435
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-214	214	-
Compensação Incentivos Fiscais com Prej Acumulado	-	-	-44.238	-	-	44.238	-
Destinação do Lucro:							
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-5.982	-5.982
- Reserva legal	-	-	-	822	-	-822	-
- Constituição Reserva Incentivos Fiscais de 2021	-	-	14.722	-	-	-14.722	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.355	1.890	95.559	3.415	16.388	-30.208	154.399

Peixoto Comércio Indústria Serviços e Transportes S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	22.435	25.298	22.442	25.313
Ajustes para conciliar o resultado exercício pelas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.600)	(10.305)	-	-
Depreciação	2.180	4.676	5.839	6.005
Baixa líquida do imobilizado	-	115	-	115
Provisão para demandas judiciais	598	5.853	584	5.867
(-) Verbas a aplicar no Preço - Estoques	7.570	8.093	7.570	8.093
Juros sobre empréstimos e financiamentos	749	208	1.244	425
IRPJ e CSLL diferidos	(110)	(110)	(110)	(110)
	26.821	33.828	37.568	45.708
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(5.674)	3.259	(5.220)	1.000
Estoques	(36.174)	20.641	(36.174)	20.641
Impostos a recuperar	(5.799)	8.036	(5.891)	11.369
Outros créditos	819	536	616	450
Fornecedores	11.445	(22.998)	4.361	(26.622)
Obrigações trabalhistas e tributárias	478	994	613	1.490
Contas a pagar	1.995	595	1.768	1.129
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.089)	44.891	(2.358)	55.165
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(0)	143	(0)	144
Acréscimo do imobilizado	(2.222)	(1.654)	(2.222)	(11.625)
Caixa líquido utilizado / (gerados) nas atividades de investimento	(2.222)	(1.511)	(2.222)	(11.481)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.180)	(551)	(9.144)	(2.544)
Pagamento de Dividendos Próprios	(6.070)	(2.688)	(6.070)	(2.590)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	4.500	-	14.416
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(11.250)	1.261	(15.214)	9.282
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(19.561)	44.641	(19.794)	52.966
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.902	35.261	88.528	35.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	60.339	79.902	68.733	88.528
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(19.562)	44.641	(19.795)	52.966

A Sociedade optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes: Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. CRC 2SP-034.766/O-0

DIRETORES:

Christianne Batista Peixoto

Pedro Ribeiro da Costa Neto

CONTADOR:

Marcos Antonio de Oliveira

CRC/MG Nro 071.503/O-0